[Recensão a] José Augusto dos Santos Alves, A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (17801829)

Autor(es): Costa, Joana

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43258>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_22

Accessed : 26-Apr-2023 16:27:08

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

48

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2017

José Augusto dos Santos Alves, *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1829)*. Porto, Mediaxxi, 2015, 618 p.

A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820) é uma obra de José Augusto dos Santos Alves, investigador do Centro de História da Cultura, Doutor e agregado em História e Teoria das Ideias na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa.

Pretende-se com esta recensão crítica chamar a atenção para a pertinência da obra em destaque nos âmbitos da História da Imprensa e da opinião pública em Portugal, num momento em que todos os caminhos direccionavam o país para um pronunciamento liberal, que teve o seu auge nos dias 24 de Agosto (adesão do Porto à Regeneração) e 15 de Setembro de 1820 (chegada da Revolução a Lisboa).

A obra encontra-se organizada em três partes, além da introdução (que, considerando a quantidade de informação disponibilizada pelo autor, é já por si uma parte considerável da obra). A primeira parte prende-se com o fenómeno da Oralidade, e tem por subtítulo «Da praça pública ao limiar das Cortes Constituintes». A segunda parte tem por mote «O “milagre” da multiplicação da palavra» e, por fim, a terceira recebe o nome de «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão” do periodismo».

Iniciando a apresentação da obra, destaca-se a densa introdução composta pelo autor, extensa tanto pelo tamanho como pela vasta informação que disponibiliza ao leitor: apresenta os principais objectivos do seu estudo, bem como as problemáticas inerentes à investigação de tópicos como os que irá abordar. Declara ao leitor que irá dedicar a presente obra ao exame da opinião pública que sobressaiu em Portugal entre 1780 e 1820, imbuída de um desígnio liberal que conduziu o país à Revolta Liberal de 1820. Esta opinião pública pautou-se pela interação entre os fenómenos da escrituralidade e da oralidade, ambos instigadores da disseminação cultural e ideológica, mas também pela interferência do espectro da clandestinidade, necessária num espaço de repressão e perseguição da Intendência Geral da Polícia aos ecos das revoluções que assolavam um pouco por toda a Europa.

A primeira parte, dedicada à oralidade, mergulha o leitor na complexa órbita do “despertar do espaço público liberal” (p. 59), questionando a contribuição do fenómeno oral na constituição do mesmo. A oralidade irá atuar no emergente espaço da opinião pública de forma estruturante, considerando a importância que o falar e o escutar exercem sobre a aprendizagem e a divulgação de conhecimentos, mas também por ser um modo de transmitir ideias que provoca maiores dificuldades de ser censurado. Seja nos salões, cafés, tertúlias, e outros, a oralidade empreende, ainda hoje, um peso considerável na manifestação da

opinião pública. 1780-1820 é um período marcado pela desconfiança esgotante da Intendência Geral da Polícia que vê em qualquer estrangeiro um potencial revolucionário, um possível maçom, um adepto do liberalismo. O cerco apertou ao mesmo tempo que o clima conspiratório sofreu um claro adensamento sobre todo e qualquer foco de interrogações e missivas pró-revolucionárias, de que Coimbra e Lisboa são protagonistas. Por sua vez, o poder repressivo adoptou meios de ação mais possantes e uma postura mais vigilante, ao mesmo tempo que os murmúrios da opinião se alargavam a outros meios, nomeadamente prisões e mosteiros.

A segunda parte, «O “milagre” da multiplicação da palavra», apresenta o impresso enquanto mecanismo de comunicação fulcral neste ambiente agitado de ideias e opiniões, da realização do descontentamento generalizado e do impacto que a crítica exercia sobre as gentes do país. Neste capítulo encontramos também um forte destaque à ação policial sobre a “civilização do impresso” (p. 159) e sobre qualquer mecanismo de comunicação ideológica, ação repressiva motivada pela tentativa de controlar qualquer foco de insurreição contra o poder vigente. Deparamo-nos ainda com a relevância do incremento no interesse pela instrução pública como guia para uma maior participação e atração pela política; o Rossio e a Praça do Comércio enquanto difusores particulares da praça pública; a caricatura pelo seu papel crítico e satírico, potenciador de uma observação mais reflectida e analítica do quotidiano e da sociedade; o papel da estampa, da poesia, dos espaços de convivialidade, das arbitrariedades cometidas contra Gomes Freire de Andrade (motivadas pelo receio e pela incapacidade cada vez mais palpável da Coroa em travar a fluência de ideias), e de outros mecanismos de divulgação de informação que, em constante articulação, instigaram a eclosão de um sentimento de resistência ao poder e à repressão, e de uma vontade de firmar novos caminhos para o país, mais liberais e aliados da justiça.

A terceira parte, «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão do periodismo»», é dedicada à figura do novelista, “figura institucionalizada no campo da informação e da contrainformação”, que mediava a “articulação entre a palavra oral e a escrita, entre o alfabeto, o escolarizado e o analfabeto, na adequação entre uma forma de comunicação dominante, a oralidade, e a nova emergente, o impresso” (p. 265). Os novelistas foram personagens que operaram um papel importante no emergente espaço liberal, sobretudo enquanto divulgadores e mercadores de notícias e novidades, por entre várias franjas da sociedade portuguesa.

Considera, ainda, esta obra o papel da crítica popular, revolucionária e contrarrevolucionária, entre as últimas décadas do século XVIII, século das

Luzes, e as primeiras do século XIX, século das revoluções e mudanças drásticas nos paradigmas antigos. Marcam estas décadas um período de intensas mudanças aos níveis político, sociológico e intelectual; um período que, acalentado pelos ecos das revoluções e discursos liberais, marcou a viragem de um Portugal absolutista para um Portugal adepto e aspirante de uma Regeneração profunda. Nesta recensão procurou-se dar, em traços gerais, os primários fundamentos da obra. Todavia, considerando a extensão da obra e o cariz informativo de que está imbuída, só se disponibilizou uma ínfima parcela daquilo que pode ser encontrado em *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820)*.

Em mote de conclusão, destacaria o rigor e a clara apresentação da informação, numa manifesta harmonia entre exposição e diálogo com o leitor. Os argumentos que fornece para justificar as suas teses apresentam-se sempre corroborados por uma série de excertos das fontes que consultou, e a partir das quais teceu as suas próprias conclusões. Apesar de ser uma obra cronologicamente balizada (1780-1820), penso ser um estudo adequado a quem se debruça sobre outras cronologias, uma vez que *A Opinião Pública em Portugal* insere o leitor no fenómeno da comunicabilidade e da flexibilidade que a opinião pública tece em seu torno, pelo que pode de facto permitir a um vasto grupo de investigadores da História Moderna inserir-se nesta temática e horizonte historiográfico. Para quem investiga sobretudo sobre a História da Imprensa, esta é, na minha óptica, uma obra que não deve ser ignorada.

JOANA COSTA

Mestranda em História Moderna
na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
joanafcg@hotmail.com